

Análise de Concessão, SIRAC; 18) 00600-00002045/2021-83-e, Análise de Concessão, SIRAC; 19) 00600-00002084/2021-81-e, Análise de Concessão, SIRAC; 20) 00600-00003034/2021-11-e, Tomada de Contas Especial, RA VII. Impacto Organização de Eventos Ltda; 21) 00600-00003346/2021-24-e, Tomada de Contas Especial, Carlos Nogueira da Costa. João Carlos Alves de Oliveira. Associação Social Esportiva Maringá.; 22) 00600-00004143/2021-55-e, Tomada de Contas Especial, JEDSON PEREIRA URCINO.; 23) 00600-00008912/2021-94-e, Representação, Sociedade; 24) 00600-00009155/2021-76-e, Admissão de Pessoal - Análise Automatizada, Polícia Militar do DF - PMDF; 25) 00600-00009217/2021-40-e, Análise de Concessão, SIRAC;

CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS: 1) 39689/2007-e, Representação, Secretaria de Educação; 2) 22381/2015-e, Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias, NOVACAP; 3) 32417/2015-e, Auditoria de Desempenho/Operacional, TCDF; 4) 8388/2019-e, Tomada de Contas Especial, Secretaria de Esporte; 5) 13798/2019-e, Dispensa / Inexigibilidade de Licitação / Adesão, TCDF; 6) 00600-0000142/2020-51-e, Representação, CIDADÃO; 7) 00600-00001842/2020-62-e, Aposentadoria, SIRAC; 8) 00600-00002962/2020-87-e, Aposentadoria, SIRAC; 9) 00600-00003961/2020-50-e, Tomadas e Prestações de Contas Anuais e Extraordinárias, ECONTAS; 10) 00600-00004192/2020-15-e, Aposentadoria, SIRAC; 11) 00600-00007715/2020-77-e, Representação, Empresa Privada; 12) 00600-00006189/2021-17-e, Análise de Concessão, SIRAC; 13) 00600-00006196/2021-19-e, Análise de Concessão, SIRAC; 14) 00600-00006201/2021-85-e, Análise de Concessão, SIRAC; 15) 00600-00006349/2021-10-e, Análise de Concessão, SIRAC; 16) 00600-00007173/2021-13-e, Admissão de Pessoal, Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES; 17) 00600-00008310/2021-37-e, Análise de Concessão, SIRAC; 18) 00600-00008588/2021-12-e, Análise de Concessão, SIRAC; 19) 00600-00008804/2021-11-e, Análise de Concessão, SIRAC; 20) 00600-00009150/2021-43-e, Admissão de Pessoal - Análise Automatizada, Polícia Militar do DF - PMDF; 21) 00600-00009204/2021-71-e, Análise de Concessão, SIRAC;

CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA: 1) 35080/2014-e, Tomada de Contas Especial, CAESB; 2) 35967/2018-e, Representação, MPJTCDF; 3) 00600-00004840/2020-25-e, Aposentadoria, SIRAC; 4) 00600-00005391/2020-32-e, Pensão Civil, SIRAC; 5) 00600-00010013/2020-71-e, Análise de Concessão, SIRAC; 6) 00600-00010099/2020-31-e, Planos e Orçamentos, GDF, CLDF; 7) 00600-00001419/2021-43-e, Análise de Concessão, SIRAC; 8) 00600-00001430/2021-11-e, Representação, SEFIPE; 9) 00600-00003893/2021-18-e, Análise de Concessão, SIRAC; 10) 00600-00003932/2021-79-e, Admissão de Pessoal, Banco de Brasília S/A; 11) 00600-00004542/2021-16-e, Tomada de Contas Especial, SES; 12) 00600-00005016/2021-73-e, Acompanhamento de Gestão Fiscal, Tribunal de Contas do Distrito Federal; 13) 00600-00005935/2021-47-e, Representação, MPJTCDF; 14) 00600-00006519/2021-66-e, Representação, MPJTCDF; 15) 00600-00008295/2021-27-e, Análise de Concessão, SIRAC; 16) 00600-00008600/2021-81-e, Análise de Concessão, SIRAC; 17) 00600-00009154/2021-21-e, Admissão de Pessoal - Análise Automatizada, Polícia Militar do DF - PMDF; 18) 00600-00009215/2021-51-e, Análise de Concessão, SIRAC; 19) 00600-00009433/2021-95-e, Concessão - Análise Automatizada, SIRAC; 20) 00600-00009443/2021-21-e, Concessão - Análise Automatizada, SIRAC; 21) 00600-00009476/2021-71-e, Análise de Concessão, SIRAC;

Sessão Reservada Nº 1388

CONSELHEIRO ANTONIO RENATO ALVES RAINHA: 1) 00600-00009247/2020-75-e, Representação, GP2 - Gabinete da Procuradora Cláudia Fernanda;

CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO: 1) 00600-00005497/2021-17-e, Tomada de Contas Especial, SEJUS;

CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA: 1) 00600-00009311/2021-07-e, Representação, Conselheiros da Sociedade Civil;

Sessão Administrativa Nº 1104

CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA: 1) 2878/1989-e, Pensão Civil, MARCOLINA MACHADO LAFETA e ELISA MARIA MACHADO LAFETA;

(*) Elaborado conforme o art 116, § 3º do RI/TCDF.

ACÓRDÃO Nº 352/2021

Ementa: Tomada de Contas Anual – TCA do Fundo de Desenvolvimento Urbano do DF – FUNDURB, referente ao exercício financeiro de 2017. Contas regulares. Quitação aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00004268-2021-85-e

Nome/Função/Período: Thiago Teixeira de Andrade (CPF: ***.399.371-**), Secretário de Estado, Presidente do Conselho de Administração e Ordenador de Despesas, de 1º.1 a 31.12.17; Ivo José Basso Porto (CPF: ***.284.450-**), Secretário Executivo e Ordenador de Despesas por delegação, de 1º.1 a 6.2.17 e Edilson Gurgel Freire (CPF: ***.525.201-**), Secretário Executivo e Ordenador de Despesas por delegação, de 13.2 a 31.12.17.

Órgão: Fundo de Desenvolvimento Urbano do DF – FUNDURB.

Relator: Conselheiro Manoel de Andrade.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator:

I – Nos termos do art. 17, I, da LC nº 1/94, em julgar regulares as contas relativas ao exercício de 2017 dos Senhores Thiago Teixeira de Andrade, Ivo José Basso Porto e Edilson Gurgel Freire;

II – Em conformidade com os termos da Decisão nº 50/98 e com o disposto no inciso I do art. 24 da LC nº 1/94, em considerar quites com o erário distrital os responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5271, de 22 de setembro de 2021.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 353/2021

Ementa: Prestação de Contas Extraordinária da Fundação Hospitalar do Distrito Federal – FHDF. Exercício de 2014 a 2017. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação ao responsável. Recomendação de providências corretivas.

Processo TCDF: 00600-00000207-2020-68-e

Nome/Função/Período: Jair Pinheiro Cotrim, Inventariante, no período de 1º.1.14 a 31.12.17.

Órgão: Fundação Hospitalar do Distrito Federal – FHDF.

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Albuquerque.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas: impropriedade apontada no subitem 1.1 (Bens móveis não localizados no processo de extinção) do Relatório de Inspeção nº 01/2019 – DIESP/COICA/SUBCI/CGDF (e-DOC 8A4371D7-e).

Determinações (LC/DF nº 01/1994, art. 19): ao atual liquidante da Fundação Hospitalar do Distrito Federal - FHDF que, nos termos do art. 19 da LC nº 01/1994, adote medidas necessárias visando à prevenção de outras impropriedades semelhantes no futuro.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do Voto proferido pelo Relator, Conselheiro Inácio Magalhães Filho, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalvas as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº 5271, de 22 de setembro de 2021.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro Manoel de Andrade.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO

Presidente da Sessão

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 354/2021

Ementa: Prestação de Contas Anual dos responsáveis pela Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis/DF. Exercício de 2017. Contas julgadas regulares. Quitação plena aos responsáveis.

Processo TCDF: 00600-00004246-2021-15-e

Nome	Cargo/Função	Período/2017
Bruna Maria Peres Pinheiro da Silva	Diretora-Presidente e Ordenadora de Despesa	1º.1 a 31.12
Aristides Antônio Santiago Maia	Diretor-Presidente Adjunto Substituto	24.7 a 3.8
Wagner Martins Ramos	Diretor-Presidente Substituto Diretor-Presidente Adjunto	29.8 a 28.9 1º.1 a 31.12
José Maria Duarte de Oliveira	Diretor de Administração Geral	1º.1 a 31.12
Bruno Matias Monteiro	Diretor de Administração Geral Substituto	16.10 a 31.10
Carlos Ivan Moreno Damascena	Diretor de Administração Geral Substituto	4.12 a 19.12
Francisco Luiz Silva Filho	Superintendente de Administração e Logística	1º.1 a 31.12
Maria Elisângela Lira Costa	Superintendente de Administração e Logística/Substituta	1º.1 a 9.1 13.3 a 12.4

Órgão: Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis/DF

Relator: Conselheiro Inácio Magalhães.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os

Conselheiros, nos termos do Voto proferido pelo Relator, Conselheiro Inácio Magalhães Filho, com fundamento nos arts. 17, inciso I e 24, inciso I, da Lei Complementar do DF n.º 01, de 9 de maio de 1994, julgar regulares as contas em apreço e dar quitação plena aos responsáveis indicados.

ATA da Sessão Ordinária nº 5271, de 22 de setembro de 2021.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 355/2021

Ementa: Tomada de Contas Anual da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal. Exercício 2006. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação.

Processo TCDF: 27192/2007-e

Nome/Função/Período: Herbert William de Oliveira Felix, Subsecretário de Apoio Operacional, de 1.º.1 a 30.12.06.

Órgão: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

Relator: Conselheiro Paiva Martins.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Marcos Felipe Pinheiro Lima.

1) Relatório de Auditoria nº 129/07 (fls. 276/333 do Processo nº 040.001.939/07):a) subitem 1.1.1.2.5.1 – Ligações telefônicas irregulares; b) subitem 1.2.2 – Ausência de controle na utilização das Unidades Desportivas; c) subitem 1.3.2 – Prestação de contas parcial e fora do prazo referente à 2ª Copa Brasília de Mini Maratona, Processo nº 220.000.312/06; e d) 1.3.3 – Prestação de contas parcial e fora do prazo relativa à repasses financeiros para o Instituto Viva Esporte;

2) Processo 31.173/07: ausência dos termos de convênio originais assinados nos Processos nºs 220.000.449/05, 220.000.429/06 e 220.000.474/05 e falta de notificação, a tempo, do executor do contrato.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação ao responsável indicado.

ATA da Sessão Ordinária nº 5271, de 22 de setembro de 2021.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 356/2021

Ementa: Prestação de Contas Anual dos administradores e demais responsáveis do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, referente ao exercício de 2007. Contas julgadas regulares com ressalvas. Quitação. Determinações de providências corretivas.

Processo TCDF: 19798/2008-e

Nome/Função/Período: Gustavo Souto Maior Salgado, Presidente, de 31.5 a 31.12.07 e Paulo Borges, Chefe da Unidade de Administração Geral, de 6.7 a 31.12.07.

Órgão: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal.

Relator: Conselheiro Paiva Martins.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Síntese das impropriedades apuradas no Relatório de Auditoria nº 49/2009- DIRAG/CONT (fls. 23/57 do e-doc 2EBE4458): 1) subitem 2.3.1 (dos bens móveis); 2) subitem 5 (contratos de permissão de uso em áreas nos parques).

Determinações (LC/DF nº 1/94, art. 19): aos responsáveis, ou a quem lhes haja sucedido nos respectivos cargos, a adoção das medidas necessárias a prevenir a ocorrência de falhas similares.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, bem como tendo em vista as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, com fundamento nos arts. 17, inciso II, 19 e 24, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, julgar regulares com ressalva as contas em apreço e dar quitação aos responsáveis indicados, com as determinações de providências apontadas, para correção daquelas impropriedades/falhas identificadas.

ATA da Sessão Ordinária nº 5271, de 22 de setembro de 2021.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

ACÓRDÃO Nº 357/2021

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar irregularidades identificadas no procedimento de contratação que originou o Contrato nº 221/2011, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa Task Sistemas de Computação S.A. Decisão nº 686/2019. Débito. Cientificação. Não recolhimento. Contas julgadas irregulares. Imputação solidária de débito aos responsáveis. Notificação.

Processo TCDF: 41431/2017-e

Responsáveis: Rafael de Aguiar Barbosa, Jovani Paim Freire e Mauro Jorge de Sousa Reis.

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF.

Relator: Conselheiro Márcio Michel.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Síntese das impropriedades apuradas: Falhas em todo o procedimento de contratação do Contrato nº 221/2011, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e a empresa Task Sistemas de Computação S.A., Processo SES nº 060.011.360/2011, iniciadas na fase de planejamento, com a oficialização da demanda, continuadas com a formulação e aprovação do Projeto Básico e com a solicitação para adesão à ARP nº 189/2010 do Ministério da Saúde, formalizadas por meio da assinatura do Contrato nº 221/2011. Irregularidades que contribuíram para a aquisição imotivada e desnecessária de 33 (trinta e três) catracas do tipo pedestal, evidenciadas em função de: a) inexistência de análise de viabilidade da contratação e de elaboração de plano de sustentação; b) incompatibilidade entre as demandas da Secretaria e a ARP do Ministério da Saúde; c) direcionamento da licitação.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, em:

I. com fundamento no art. 17, inc. III, alínea “c”, da Lei Complementar nº 1/1994, julgar irregulares as contas em apreço dos responsáveis indicados, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inc. III, e 26 do mesmo diploma legal;

II. com fundamento no art. 20 da Lei Complementar nº 1/1994, condenar os Srs. Rafael de Aguiar Barbosa, Jovani Paim Freire e Mauro Jorge de Sousa Reis a recolherem solidariamente aos cofres do Distrito Federal o valor de R\$ 1.639.713,99 (um milhão seiscentos e trinta e nove mil setecentos e treze reais e nove centavos), atualizado em 11/03/2021;

III. fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que os responsáveis comprovem perante o Tribunal o recolhimento da referida quantia aos cofres do Distrito Federal, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado (art. 59 da Lei Complementar nº 1/1994);

IV. autorizar, desde logo, a cobrança do débito solidário, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/1994, caso a medida prevista no item anterior não surta o efeito esperado.

ATA da Sessão Ordinária nº 5271, de 22 de setembro de 2021.

Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel.

Decisão tomada por: unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Marcos Felipe Pinheiro Lima.

PAULO TADEU VALE DA SILVA

Presidente

MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

Conselheiro Relator

MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Procurador-Geral do Ministério Público junto à Corte

SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Em 28 de setembro de 2021

Despacho nº 632/2021 – Segedam (AP); Processo nº 28.014/2018; Assunto: Reconhecimento de Dívida.

No uso da competência delegada no inciso IV do art. 1º da Portaria TCDF nº 03, de 11 de janeiro de 2021, RECONHEÇO a dívida de exercícios anteriores, no valor de R\$ 9.344,55 (nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), condicionando o pagamento à existência de recursos na dotação orçamentária própria, bem como de cotas e disponibilidade financeira.

PAULO CAVALCANTI DE OLIVEIRA